



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo - CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 0636503

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE NA PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A Lei nº 10.098/2000, no seu art. 1º, prescreve:

"Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação"

A Resolução CNJ nº 401/2021, no art. 2º, § 1º, estabelece:

"Devem ser garantidas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quantas adaptações ou tecnologias assistivas sejam necessárias para assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência"

Também, a Resolução CNJ nº 400/2021, no art. 2º, § 3º, estabelece:

"As ações socialmente justas e inclusivas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar"

Já a Resolução TRE-MT nº 2008/2017, no inciso III, art. 3º, estabelece:

"a garantia às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, oferecendo-lhes atendimento prioritário e tratamento diferenciado e adequado que viabilizem seu acesso a ambientes, produtos, serviços e informações"

Neste prisma, foi identificado que 2 (dois) servidores do quadro efetivo do TRE-MT apresentam condições especiais (deficiência), e que, com vistas a garantir a inclusão, precisam de condições que facilitem a movimentação e comodidade no ambiente de trabalho, propiciando meios mais fáceis de locomoção para uso de banheiro e do restaurante, etc.

### 2. ALINHAMENTO ENTRE A DEMANDA E O PLANEJAMENTO DO TRE/MT

A aquisição demandada está inserida no planejamento estratégico do TRE-MT - 2021 a 2026, que contempla o Programa de Adequação da Infraestrutura, que engloba, dentre outros aspectos, a melhoria do mobiliário, sendo no caso específico, vislumbrada a necessidade de móvel ergonomicamente adequado para o desenvolvimento da atividade laboral dos servidores que contribuíra para a melhoria da sua qualidade vida e valorização profissional.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Será feito levantamento junto ao mercado interno para o móvel demandado utilizando-se da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas

### 4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação são cadeiras de escritório ergonômica elétrica de rodas motorizada com o benefício de permitir o posicionamento do usuário com o corpo ereto, utilizando-se de um sistema de elevação elétrico, permitindo pequenos deslocamentos nesta posição, com segurança e praticidade.

A visualização de funcionamento do objeto pode ser obtida nos seguintes sítios eletrônicos:

<https://www.youtube.com/watch?v=eGHsekJIUKk;>

[https://www.casaortopedica.com.br/loja/detalhes?produto=429&gclid=EAlaQobChMI1r6cqNCigQMvKhTnCh1Cqgv1EAQYAABEGJHgvD\\_BwE.](https://www.casaortopedica.com.br/loja/detalhes?produto=429&gclid=EAlaQobChMI1r6cqNCigQMvKhTnCh1Cqgv1EAQYAABEGJHgvD_BwE.)

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Descrição	Quantidade de item	Local de entrega
Cadeira de rodas motorizada	02(uma unidade)	Sede do TRE-MT

5. ESTIMATIVA DO VALOR

A pesquisa no mercado resultou em preço médio no valor total de R\$ 26.208,17(vinte e seis mil duzentos e oito reais e dezessete centavos) por unidade, totalizando R\$ R\$ 52.416,34(cinquenta e dois mil reais, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos) para a aquisição de duas cadeiras.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O fornecimento do objeto será integral e levando em conta que se tratam de duas unidades a ser adquirida, é mais adequado optar pelo pagamento em uma única parcela

7. CONCLUSÃO ACERCA DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE.

Trata-se de bem móvel que atende plenamente as necessidades de locomoção e possibilita a execução dos movimentos necessários para realização do trabalho, minimizando possíveis danos à saúde dos servidores.

Houve, inclusive, a manifestação da CAMS (SEI nº 01739.2023-3) embasada em uma cadeira similar produzida no mercado externo, entretanto a fabricada no mercado interno atende às necessidades dos servidores.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

O levantamento de mercado sugere a obtenção da proposta mais vantajosa para administração, que preservar as devidas finalidades do objeto. A sua escolha poderá decorrer da condição de singularidade do objeto.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a aquisição dar acessibilidade aos servidores com a utilização ergonomia visando otimização das condições de trabalho. Ao adaptar as condições do trabalho às características do profissional, evitam-se os riscos ergonômicos, proporcionando mais acessibilidade, saúde, conforto, segurança e bem-estar, quando efetuadas as adequações no ambiente de trabalho são minimizados os riscos à saúde física, mental e emocional dos trabalhadores, resultando em um trabalho mais produtivo com maior aproveitamento de recursos humanos e financeiros.

Levando em conta que a ergonomia é a adaptação do ambiente de trabalho e de seus instrumentos ao trabalhador é justamente ela que pode prevenir estas doenças e com cuidados muitas vezes simples como: Fornecer cadeiras ajustáveis, com ajuste para altura e para a lombar.

A liberdade e autonomia das pessoas com deficiência são importantes para que o ambiente de trabalho se torne produtivo, inclusivo e eficiente. Portanto, optar por mesas e cadeiras adaptadas para pessoas com deficiência é uma ótima maneira de garantir a ergonomia desse grupo de pessoas.

Diante dos fatos apresentados verifica-se que o Plano de Logística Sustentável do TRE MT tem como objetivo aprimorar o modelo de gestão organizacional pautado pela sustentabilidade, que deve ser incorporado nos processos, políticas e estratégias corporativos e no que tange as contratações buscar estabelecer novos padrões de contratação e de consumo sob a perspectiva da eficiência do gasto público, da preservação do meio ambiente, da inclusão social e da valorização da diversidade cultural no âmbito da organização, observa-se que existe conexão entre esse plano e a própria a Lei 14.133/2021 que têm artigos que contém elementos de acessibilidade que devem constar nas construções e compras, consoante art. 45.º VI, b e art. 6.º XVII, e, também, com a Resolução TRE/MT nº 2.008/2017 que Institui o Programa de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e dá outras providências, diante do exposto verifica-se que todas buscam a inclusão social e valorização de todos e acessibilidade a todos os usuários

10. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A presente demanda foi prevista no Plano Anual de Contratações – exercício 2023, Aquisição de mobiliário destinado a suprir as necessidades do TRE/MT - Sede e Cartórios, considerando novas necessidades bem como a reposição de mobiliários depreciados, buscando melhor atender ao público - externo e interno, bem como atender ao Planejamento Estratégico - 2021 a 2026. Atendendo o objetivo estratégico de viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo, devidamente aprovado por intermédio da Portaria nº 377/2022.

A despesa foi encontra-se devidamente alinhado com o planejamento estratégico do Tribunal conforme:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional:		
PROCESSOS INTERNOS	X	Eficiência e Governança
	X	Sustentabilidade
RECURSOS	X	Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo
	X	Aprimorar a gestão de investimentos, gastos e despesas
	X	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

11. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988: (...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação: “Art. 75 É dispensável a licitação:

... II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;” no caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

A compra sendo realizada conforme Art. 75. que trata dispensa da licitação, para contratação que envolvam valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) conforme [Art. 75, caput, inciso II](#), valor este atualizado no Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022. Essa opção seria mais viável pois haverá uma redução dos custos operacionais associados ao processo de aquisição do respectivo bem.

Outra vantagem da dispensa da licitação são que aos custos operacionais são inferiores ao do pregão eletrônico, se os custos do pregão e da dispensa forem calculados de forma semelhante; em ambos os casos, os parâmetros são a duração do processo, a quantidade de servidores envolvidos, o percentual de tempo dedicado à condução do processo e o salário médio por dia pago aos servidores ou seja na dispensa da licitação o tempo de duração do processo é realizado em menor tempo e custo.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS, QUANDO FOR O CASO.

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades deste tipo de compra.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS, SE HOUVER.

14. DESCREVER IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A sustentabilidade deve ser vista sob o conceito de tripé da sustentabilidade, esse conceito avalia todo o impacto social e ambiental de uma organização, tanto interno quanto externamente.

Os três pilares da sustentabilidade são abrangidos pelo social, ambiental e Financeiro, e no que tange a sustentabilidade social a organização precisa ter compromisso com a comunidade e os colaboradores oferecendo diversas ações, entre elas a inclusão e diversidade e suporte para todos.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Assim como toda contratação, evidenciam-se alguns riscos no curso da contratação.

Risco 01 – Falta de Disponibilidade Orçamentária	
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta
Dano	
Não sendo possível a contratação, o que acarreta prejuízos para a servidor /instituição.	
Ação Preventiva	Responsável
Previsão no Planejamento Anual de Contratações (PAC) e na Proposta Orçamentária.	Unidade Requisitante e Secretaria de Administração e Orçamento.
Ação de Contingência	Responsável
Não há.	Não há.

Risco 02- Falta de empresa que forneça para Órgão Público	
Probabilidade:	( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
Dano	
Não aquisição do bem que atende o servidor	
Ação Preventiva	Responsável
Fazer várias pesquisas de mercado	Unidade responsável pela coleta de preços.
Ação de Contingência	Responsável
Definição de rotina e responsabilidade para pesquisas em várias fontes.	Unidade responsável pela coleta de preços.

Risco 03 -Atraso na conclusão da compra.	
Probabilidade:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
Dano	
Evento danoso a execução do seu trabalho pelo servidor e a sua saúde.	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhamento das demais unidades envolvidas, dando maior celeridade ao processo.	Unidade Requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Prestar suporte para que o problema enfrentado seja resolvido de forma mais célere.	Unidade Requisitante

Risco 04- Recursos administrativos procedentes.	
Probabilidade:	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
Dano	
Atraso na compra e não atendimento às demandas no prazo necessário.	
Ação Preventiva	Responsável
Analisar com diligências propostas ofertadas, reduzindo o risco.	Área responsável de análise de propostas.
Ação de Contingência	Responsável
Análise quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.	Unidade Requisitante e Pregoeiro (a)

JOSÉ PEDRO DE BARROS  
Coordenador da CMP



Documento assinado eletronicamente por JOSE PEDRO DE BARROS, COORDENADOR, em 18/09/2023, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link "[Verificador](#)" informando o código verificador **0636503** e o código CRC **7284FE99**.